

Projeto-Resolução n.º 772/XV/1ª

Recomenda ao Governo que sensibilize a Câmara Municipal de Lisboa para a necessidade de implementação de um programa de valorização salarial, melhoria das condições de trabalho e de auditoria às contas na Carris

Exposição de motivos

Os transportes públicos desempenham um papel fundamental na atualidade, contribuindo de forma decisiva para a mobilidade urbana e para a qualidade de vida nas cidades. Sendo essenciais nas questões da acessibilidade, redução de engarrafamentos, preservação ambiental e planeamento urbano dos conglomerados citadinos modernos, todos os intervenientes neste processo devem merecer a atenção indispensável para o pleno cumprimento desta função.

Assim, e na cidade de Lisboa, a Carris cumpre este papel de responsável pelo serviço de transporte público urbano de superfície de passageiros. Fundada em 1872 e com mais de 2.400 trabalhadores no ativo, conta com uma frota superior a 700 autocarros e elétricos, disponibilizando também ascensores e elevadores aos seus utentes. Do ponto de vista da sua gestão, esta passou para a Câmara Municipal de Lisboa no dia 1 de fevereiro de 2017¹.

Contudo, e apesar desta enorme responsabilidade, as condições salariais e de trabalho dos seus trabalhadores estão longe de serem as melhores. A título de exemplo, um trabalhador da Carris, e ao contrário das suas congéneres, mesmo tendo progredido alguns escalões na tabela remuneratória, auferem um ordenado inferior ao que recebia em 2012. Também, e entre 2012 e 2022, os aumentos salariais foram sempre abaixo dos 30 euros base. Esta situação transformou a Carris, uma empresa de referência a nível nacional, numa empresa banal, onde os seus trabalhadores sentem uma enorme

¹ <https://www.carris.pt/>

desmotivação, o que tem necessariamente efeitos na sua atratividade e capacidade de retenção.

Numa conjuntura especialmente difícil para todos os trabalhadores portugueses, resultante, entre outros fatores, da elevada inflação, e tendo Portugal o segundo maior excedente orçamental da zona euro no terceiro trimestre do ano passado², resulta incompreensível a atualização salarial proposta aos trabalhadores da Carris, sendo certo que em períodos de "inflação excecional" são necessários "aumentos excecionais". Por outro lado, tendo a Carris um papel fundamental no que diz respeito ao recurso pelos lisboetas à mobilidade coletiva, importa de forma coerente dar as condições de trabalho adequadas, nomeadamente e entre outras, através da renovação da frota, a todos os homens e mulheres que dão o seu melhor, muitas vezes sem o devido reconhecimento, ao serviço da Carris. Acresce que se torna por demais evidente que os trabalhadores da Carris estão a "ser prejudicados" por um "efeito de partidarização da empresa".

Assim, pelo exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentalmente aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, recomendam ao governo que sensibilize a Câmara Municipal de Lisboa para que esta proceda:

1. Ao aumento salarial dos trabalhadores, em valor não inferior a 100 euros;
2. Ao reforço e renovação dos autocarros em circulação;
3. A uma auditoria às suas contas.

Palácio de São Bento, 26 de junho de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

² [Portugal com 2º maior excedente orçamental da zona euro no 3º trimestre](#)

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa